

WITTGENSTEIN E A EXPRESSÃO DE CONVICÇÕES

Diogo de França Gurgel

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Em um artigo intitulado "Whether certainty is a form of life", Elizabeth Wolgast ataca por duas vias diversas a concepção wittgensteiniana de proposição gramatical desenvolvida no *Da Certeza*. Ela acusa Wittgenstein de contradizer certas teses centrais das *Investigações Filosóficas*, ao estabelecer como significativas proposições sem uso em nossos jogos de linguagem correntes, e denuncia a precariedade da tese, supostamente presente no *Da Certeza*, de que proposições gramaticais descrevem nosso sistema de crenças. Procuo refutar ambas as objeções por meio de uma apresentação de evidências de que proposições gramaticais podem ter uso efetivo em jogos de linguagem correntes, e da demonstração de que uma mesma proposição pode, a um só tempo, descrever o uso das palavras em uma língua e servir como exemplo (modelo) de uso. Busco apoio no artigo de Debrah Aidun, "Wittgenstein on grammatical propositions", para efetuar essa investigação sobre o estatuto das proposições gramaticais e faço complementações a seus argumentos de modo a aproximar o último Wittgenstein das pesquisas sobre os atos de fala conforme desenvolvidas por Austin e Searle.

Palavras-chave: Proposição gramatical, ilocução, Wittgenstein.

Abstract: In a paper titled "Whether Certainty Is a Form of Life," Elizabeth Wolgast criticizes in two different ways the Wittgensteinian conception of grammatical proposition developed in *On Certainty*. She accuses Wittgenstein of contradicting, in his later work, certain major theses of *Philosophical Investigations* insofar as he attributes meaning to certain propositions which are useless in our current language-games, and she also denounces the weakness of the thesis (supposedly developed in *On Certainty*) that grammatical propositions describe our system of beliefs. I aim at refuting both objections by presenting evidence that grammatical propositions can effectively be used in our current language-games, and by demonstrating that one single proposition can, at once, describe the use of words in a language and serve as an example (model) of this use. I seek support in Debrah Aidun's "Wittgenstein on Grammatical Propositions" in order to perform this investigation on the nature of grammatical propositions, and I try to make some additions to her arguments so that I can bring the later Wittgenstein closer to the research on the speech acts as built up by Austin and Searle.

Keywords: Grammatical proposition, illocution, Wittgenstein.

Introdução

Ao fazer, no *Da Certeza*, uma distinção entre proposições dubitáveis e indubitáveis e ao desenvolver a ideia de uma imagem de mundo (*Weltbild*)

exprimível por meio de proposições, Wittgenstein faz, assim penso, importantes acréscimos aos apontamentos gramaticais desenvolvidos nas *Investigações Filosóficas*. A grande maioria dos comentadores entra em acordo quanto ao fato de que as considerações tecidas pelo filósofo acerca dos truísmos de Moore terminam por conduzi-lo a uma maior elaboração de certos temas como o do aprendizado da linguagem por meio de jogos de linguagem primitivos ou como o da relação entre proposições lógicas e proposições empíricas.

Entretanto, em um artigo intitulado “Whether certainty is a form of life”, Elizabeth Wolgast se coloca destemidamente contra essa leitura *standard* da derradeira obra de Wittgenstein. Wolgast afirma que alguns *insights* centrais das *Investigações* não são compatíveis com uma certa concepção de proposição desenvolvida no *Da Certeza*. Ela procura sustentar que, ao afirmar, nesta última obra, que certas proposições com a forma de proposições empíricas podem expressar convicções veladas que sustentam nossas afirmações e negações e mesmo nossas dúvidas, Wittgenstein contradiz tanto sua concepção de significado como uso quanto a ideia de que nenhuma regra ou sistema normativo desfruta de primazia no quadro geral da gramática.

Wolgast apresenta, no artigo mencionado, duas objeções ao rumo filosófico pelo qual envereda Wittgenstein no *Da Certeza*. A primeira delas se apresenta na forma de um questionamento feito ao filósofo quanto ao estatuto do significado das proposições gramaticais, uma vez que as mesmas não teriam uso em nossos jogos de linguagem correntes. E a segunda se caracteriza como uma espécie de desafio cético: Wolgast se pergunta pelos critérios que garantiriam a certas proposições o poder de descrever o que é de ordem extralinguística, a saber, nosso sistema de convicções.

No que se segue, farei oposição à primeira objeção, procurando mostrar que proposições gramaticais podem ter uso efetivo em jogos de linguagem correntes e o faço por meio de uma reunião de situações em que o proferimento de regras de testagem e de prova não somente é bem-vindo como extremamente indicado. No tocante à segunda objeção, procurarei mostrar que Wolgast envereda por um mau caminho interpretativo ao não levar em consideração que Wittgenstein, tendo demolido as fronteiras entre semântica e pragmática, explorava as relações entre o que depois veio a ser compreendido (por membros da escola de Oxford) como dimensões locucionária e ilocucionária dos atos de fala (AUSTIN, 1978, p.100). Por essa abordagem, uma mesma proposição poderia, a um só tempo, descrever “o uso das palavras em uma língua” (WITTGENSTEIN, 1974, §23) e servir como

exemplo (modelo) de uso. Procuo apoio no artigo de Debrah Aidun, “Wittgenstein on gramatical propositions”, para efetuar essa investigação sobre o estatuto das proposições gramaticais, na medida em que o mesmo, ao propor a distinção entre uma perspectiva interna à normatividade e uma perspectiva externa à mesma, abre caminho para uma aproximação entre Wittgenstein e certos autores do pragmatismo como Austin e Searle.

I

A natureza de proposições com forma de proposições empíricas que exercem papel normativo já vinha sendo tematizada por Wittgenstein pelo menos desde os MS 110, de 1931. Naquele momento, o filósofo passou a usar expressão “proposição gramatical” para caracterizar certo tipo de proposições cuja negação não tem sentido. Ele se mostra intrigado com a constatação de que uma proposição como “Esse bastão tem um comprimento” e sua negação “não são o mesmo tipo de *nonsense*” (SCHMITZ, 2006, p.228). Notou Wittgenstein, à época, que,

(...) quando ouvimos as duas proposições, “Esse bastão tem um comprimento” e sua negação “Esse bastão não tem um comprimento”, assumimos partido e damos preferência à primeira sentença, em vez de declarar que ambas são absurdas. Mas essa parcialidade baseia-se em uma confusão: consideramos a primeira proposição como verificada (e a segunda como falsificada) pelo fato “de que o bastão tem um comprimento de 4 metros”. “Afinal, 4 metros é um comprimento” – mas esquecemos que essa é uma proposição gramatical. (WITTGENSTEIN, 1974, §83).

O conceito da proposição gramatical – a qual não pode ser justificada nem posta em dúvida, uma vez que sua certeza é pressuposta em qualquer juízo feito dentro da normatividade do jogo – ocorre em diversos escritos de maturidade, com especial destaque para os escritos sobre matemática. É, contudo, uma peculiaridade do *Da Certeza* a exploração de uma face das proposições gramaticais pouco trabalhada em obras anteriores: nessa obra, Wittgenstein admite que as mesmas poderiam exprimir uma *Weltbild*, um sistema de convicções que serve de fundamento para as ações e pensamentos dos falantes em uma dada comunidade linguística.

Procurando fazer elucidações acerca do ponto de Wittgenstein nessa obra, Wolgast propõe uma distinção entre “certeza controversa” (*strugglung*

certainty) e “certeza confortável” (*comfortable certainty*). Ela parece ter por base, para tal distinção, a seção 357 do *Da Certeza*. Proposições como “Eu estou certo de que ele vem”, diz ela, deveriam ser distinguidas de truísmos como “A Terra existe há muito tempo”, porque, em geral, os usos canônicos da primeira são compatíveis com o seu questionamento. Questões como “Como você sabe?” e “Você não pode estar enganado?” fazem sentido em contextos nos quais “Eu estou certo de que ele vem” é usada, ao passo que o mesmo não se pode afirmar dos contextos em que “A Terra existe há muito tempo” chega a ser proferida.

O que surpreende Wolgast é que Wittgenstein, diante dessa distinção, tenha conferido às certezas confortáveis o estatuto de proposições de “profunda significação”:

Wittgenstein might well have argued that dealing with the comfortable certainties as propositions with some profound significance, as having a weighty though silent role in our lives, was a case of misguided thinking (...) - an instance of the fly beating its wings against the closed end of the fly bottle. In that case he should have proceeded consistently with the method and argument of the Investigations, extending his vision of the intimate connection between language and the practice of life and further disparaging philosophy's attempts to say something absolute, contextless and unqualified. (WOLGAST, 1987, p.165)

De acordo com Wolgast, a preocupação de Wittgenstein em dar tratamento semântico os truísmos de G.E.Moore, no *Da Certeza*, é fonte de muitos problemas: ele enfraquece sua concepção prévia de que o significado de uma palavra é seu uso em determinado jogo de linguagem, bem como a importante implicação de que não há um solo privilegiado ou essencial na linguagem.

Wolgast apresenta dois argumentos fundamentais para defender sua posição, a saber:

1) Nota ela que, nas *Investigações*, o filósofo nos adverte repetidas vezes quanto aos mal-entendidos provocados pela consideração de expressões linguísticas isoladamente, fora dos jogos de linguagem em que são usadas. Contudo, no *Sobre a Certeza*, ele dedica muitas páginas a considerações acerca de certas proposições cujo significado não pode ser obtido a partir dos jogos de linguagem em que são proferidas. Diante disso, ela nos pergunta: Por que

admitir que as chamadas “proposições-dobradiça” (*hinge-propositions*)¹, ainda que sem uso, sejam proposições significativas?

We can imagine circumstances for asserting some comfortable certainties, though they are bizarre. But even if we could not imagine any, we would not say that the propositions are meaningless. The proposition that the world is very old has a sense, nearly anyone would agree; what it lacks is a use. (...) To acknowledge the meaningfulness of the truisms- which he clearly meant to do - required some accommodation with his prior account of meaning. However giving a proposition credit for supporting the language is not to give it a use. That is the central difficulty. At one time the shape of the world was not known, and people argued (WOLGAST, 1987, p.161-162)

2) Se o sistema de crenças de que fala Wittgenstein não é algo linguístico, sendo antes componente do arcabouço extralinguístico que constitui uma forma de vida, como poderia ser ele descrito por algum tipo de proposição? De acordo com a leitura de Wolgast, “proposições-dobradiça” alicerçam inferências. Mas se esse é o caso, diz ela, tais proposições deveriam apresentar valores de verdade (deveriam apresentar bipolaridade) de modo a poderem atuar como premissas de implicações que teriam como resultado o conteúdo de nossas inferências empíricas. Mas, se elas apresentassem bipolaridade, seriam dubitáveis, e não se adequariam ao perfil de expressões de convicções (*Überzeugungen*). Configura-se aí a contradição de que Wolgast acusa Wittgenstein.

I am arguing that to assert any certainty, comfortable or not, is to bring it into the arena of the certainty language-game. If we begin with a comfortable certainty, then, asserting it means transforming it, endowing it with a different status. (WOLGAST, 1987, p.157)

E ainda:

¹ Wolgast, na esteira de tantos outros comentadores, emprega a expressão “hinge-proposition” com base na seção 341 do *Da Certeza*, na qual Wittgenstein caracteriza essas proposições com forma assertiva que atuam como regras, da seguinte maneira: “(...) as perguntas que formulamos e as nossas dúvidas dependem do fato de certas proposições estarem isentas de dúvida e serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram (WITTGENSTEIN, 1972, §341). Para os fins desse texto, tomaremos as *hinge-propositions* como espécies de proposições gramaticais, de modo que todas as considerações de Wolgast sobre as primeiras apliquem-se também às últimas.

Speaking of these certainties as belonging to our form of life was a strategy designed to remove them from the language-game of struggle and doubt. They are buried beneath our language, deep in our lives; their home is in inarticulate behaviour and a pre-linguistic approach to things. That way their certainty seems to be insulated from questions, as one would like it to be. We can talk of their certainty now without bringing them into the working discourse. But no, this is precisely what we cannot do. The burial ceremony is empty. Even to speak about their certainty is to assert them by implication, and that means bringing them back in the game. (WOLGAST, 1987, p.159)

Qualquer certeza, diz Wolgast, confortável ou controversa, uma vez enunciada em um jogo de linguagem, está sujeita a revisões. As assim chamadas “proposições-dobradiça” deveriam ter necessariamente valores de verdade de modo a atuarem como premissas em uma implicação. Ela entende que a posição reservada por Wittgenstein às proposições-dobradiça seria a posição de pressuposições.

De acordo com Levinson, uma pressuposição é verdadeira tanto no caso da proposição por ela alicerçada, seu consequente, ser verdadeira quanto no caso de ser falsa (LEVINSON, 2007, p.218). Wolgast parece ter em mente algo do gênero: proposições-dobradiça deveriam ser necessariamente verdadeiras para que as proposições empíricas que elas alicerçam possam ter a contingência de seu valor de verdade garantida.

A autora sustenta que uma coisa é afirmar que crenças orientam nossas vidas e outra coisa é afirmar que proposições o fazem. Não são claras para ela as razões que teriam levado Wittgenstein a assumir que certas proposições exercem influência sobre como nós agimos da mesma maneira que ocorre com exemplos, modelos, e mesmo punições e recompensas.

Wolgast não vê problemas em conceder a tese de que nós ancoramos nossas atividades em convicções, contudo, entende como muito problemática a tese de que tais convicções possam ser apresentadas em forma proposicional e que as proposições daí emergentes sejam necessariamente verdadeiras. Em sua perspectiva, o próprio proferimento de uma proposição indubitável arruína sua suposta indubitabilidade, fazendo dela passível de negação.

Enfim, diante dessa breve consideração. Penso ser possível afirmar que o que é central na crítica de Wolgast é que Wittgenstein estaria enfraquecendo a sua concepção de significado como uso e também a importante implicação de que não há um solo privilegiado, essencial, na linguagem. A tão celebrada ruptura com o referencialismo e com o logicismo

de primeira fase seria mitigada no *Da Certeza*, quando Wittgenstein volta a falar em um solo mais profundo, em um *Grund* descritível por meio de certas proposições *sui generis*.

II

Procurando expor de modo sucinto os problemas que Wolgast apresenta para Wittgenstein, eu chego a duas objeções que podem ser formuladas da seguinte maneira:

1) Não é admissível que proposições gramaticais sejam sem uso e, ainda assim, significativas.

2) Não é admissível que certas proposições possam descrever algo que é de ordem extralinguística.

Minha estratégia, no tocante à refutação da primeira objeção, é simplesmente a da apresentação de exemplos em contrário. Entendo que Wolgast, ao conceber o estatuto semântico das proposições gramaticais, incorreu no erro da “dieta unilateral” em que “alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplos” (WITTGENSTEIN, 2009, §593).

Enumero aqui, sem qualquer pretensão de exaurir o tema, três empregos efetivos de proposições gramaticais em nossas práticas linguísticas: 1.1) em jogos de linguagem primitivos em que ocorre o ensino ostensivo de regras; 1.2) em práticas sociais em que a referência à própria estrutura normativa da prática é lance possível; 1.3) na própria atividade filosófica.

1.1) Tratem, primeiramente, do aprendizado da linguagem por meio de jogos de linguagem primitivos em que ocorre o ensino ostensivo (*hinweisende Lehren*), com suas imitações e repetições de uso dos signos. Nas *Investigações Filosóficas*, fica patente que esse é o modo pelo qual a ação se estabelece como fundamento último de toda a semântica, mas também em determinadas passagens do *Da Certeza* Wittgenstein faz considerações relevantes sobre o tema. Por exemplo, em *Da Certeza* §599 o filósofo fala de crianças que aprendem sobre o ponto de ebulição da água (100° C) com experimentos de laboratório e livros-texto. Ele procura deixar evidente que não é uma proposição como “A água entra em ebulição a 100° C” que nos convence de alguma coisa, mas sim a prática como um todo que confere

sentido aos signos nela ocorrentes. A prática ganha o aprendiz – “a criança aprende confiando no adulto” (WITTGENSTEIN, 1972, §160), antes de poder exigir razões para que o adulto diga o que diz. Nas *Investigações*, esse apontamento aparece da seguinte forma: “o modo de agir comum a todos os homens é o sistema de referência, por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida” (WITTGENSTEIN, 2009, §206). De acordo com o filósofo, é na imitação e repetição dessas ações habituais, as quais, de início, o aprendiz da linguagem segue cegamente, que se estabelecem os alicerces fundamentais para o domínio de técnicas de uso dos signos (WITTGENSTEIN, 2009, §199) e, de um modo geral, para a formação de uma imagem de mundo.

Mas essa primazia da ação defendida por Wittgenstein não obstrui de modo algum o uso de proposições gramaticais em jogos de linguagem primitivos. No jogo de linguagem do aprendiz sobre a ebulição da água, o proferimento da proposição “A água entra em ebulição a 100° C” é um lance significativo no jogo de linguagem, podendo ser, eventualmente, um lance capital. Trata-se de uma regra enunciada em um jogo de linguagem primitivo de modo que se estabeleçam as bases normativas para que, em práticas sociais mais complexas, uma tal proposição possa soar como um truísmo. O jovem auxiliar de cozinha deve ter aprendido sobre o ponto de ebulição da água em um jogo de linguagem mais primitivo para poder compreender o que deve ser feito em um jogo de linguagem mais complexo (não propedêutico) em que o *chef* pede o preparo de uma massa *al dente*. Que a água entre em ebulição a 100° C é, nesse jogo de linguagem complexo, uma pressuposição indubitável.

É sumamente importante aqui atentarmos para as considerações feitas por Wittgenstein acerca da fluidez com que uma proposição pode funcionar como empírica em um jogo e como gramatical em outro.

Poder-se-ia imaginar que algumas proposições, com a forma de proposições empíricas, tornavam-se rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alterava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa (WITTGENSTEIN, 1972, §96)

Esse decerto apontamento convida a interpretações as mais diversas, mas penso que sua aplicação ao estudo das diferenças normativas entre jogos de linguagem primitivos e jogos de linguagem standard é de grande valia. Eventualmente, o trato com aprendizes de linguagem exige do educador (qualquer falante competente) que admita, em jogos de linguagem primitivos ou propedêuticos, dúvidas sobre o que já desfruta de caráter gramatical para os

falantes competentes, ou seja, sobre proposições que para esses últimos aparecem como indubitáveis. A compreensão gradativa do caráter gramatical de uma sentença como “A água entra em ebulição a 100° C”, uma atenção ao que mais à frente chamaremos de seu caráter “diretivo”, é um processo educacional fundamental.

1.2) Podemos pensar também casos de interlocução retoricamente sofisticada em que ocorre o uso de dêiticos para fazer referência à própria situação conversacional. No proêmio de um dado discurso, o orador diz: “estou aqui em uma ocasião tal, diante de tais pessoas...”. Ele não faz senão dizer o óbvio, mas a força pragmática desse dizer não pode ser desprezada – sua força ilocucionária, nos termos de Austin.

I explained the performance of an act in this new and second sense as the performance of an ‘illocutionary’ act, i.e. performance of an act *in* saying something as opposed to performance an act *of* saying something; I call the act performed an ‘illocution’ and shall refer to the doctrine of different types of function of language here in question as the doctrine of ‘illocutionary forces’.
(AUSTIN, 1978, p.100)

Por essa perspectiva, esse apontar retórico para a própria situação comunicacional, viabilizado verbalmente por dêiticos como “aqui”, para além de simplesmente descrever um fato, estabelece e reforça a compreensão do próprio evento, conduzindo o auditório ao que Perelman e Olbrechts-Tyteca chamam de “adesão” em seu *Tratado da Argumentação*². Reforçar a intensidade de adesão significa, segundo esses autores, “reforçar uma disposição para a ação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2008, p.66). O caráter gramatical de certas sentenças usadas em um proêmio como aquele aqui descrito pode ser constatado no seguinte: a não concessão de verdade à sentença – que é, a um só tempo, a não atuação de acordo com o que é esperado, a não adesão – mostra que o receptor toma o proferimento como dubitável, e isso, por sua vez, implica na inviabilização do jogo de linguagem proposto pelo emissor.

² “Le but de toute argumentation, avons-nous dit, est de provoquer ou d’accroître l’adhésion des esprits aux thèses qu’on présente à leur assentiment: une argumentation efficace est celle qui réussit à accroître cette intensité d’adhésion de façon à déclencher chez les auditeurs l’action envisagée (action positive ou abstention), ou du moins à créer, chez eux, une disposition à l’action, qui se manifesterà au moment opportun.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2008, p.59)

Uma situação análoga é aquela em que, por ocasião de uma entrevista de emprego, o entrevistador precisa fazer o entrevistado relembrar o que se espera dele dizendo coisas como “Isso aqui é uma entrevista de emprego”. Tal frase, proferida no contexto de uma entrevista de emprego, é um exemplo de uso completamente plausível e significativo de uma proposição com forma empírica (forma declarativa, assertórica), mas que cumpre papel normativo. A evidência de que temos aí um papel normativo está na constatação de que a negação da verdade da proposição por um dos participantes do jogo, muito para além de instaurar um impasse cognitivo, leva à ruína o próprio jogo.

1.3) Como é público e notório, Wittgenstein buscava dissolver abusos e mal-entendidos teóricos mediante aproximações e contrastes entre usos de signos e entre sistemas normativos de jogos de linguagem factuais e contrafactuais. Se voltamos nossa atenção para as sentenças de que o próprio filósofo de que se vale nessa sua empreitada, podemos notar que o filósofo toma como tarefa fundamental nessa sua atividade filosófica a composição de proposições que possam operar como “regras de testagem” (WITTGENSTEIN, 1972, §98).

Em *Culture and Value*, Wittgenstein chega a descrever a si mesmo como um inventor de novos símiles³ (WITTGENSTEIN, 1998, p.16). E em diversas obras de sua maturidade, sobretudo nas *Investigações Filosóficas*, fica patente que sua elaboração de tais imagens tem por finalidade anular a atuação pervasiva de certas imagens (*Bilder*) canônicas sobre o entendimento. Parece ser esse o caso quando o filósofo procura combater a concepção referencialista, a qual procura sustentar que nomes operam como etiquetas, lançando mão da composição de proposições como “As funções das palavras são tão diversas como as funções desses objetos [ferramentas em uma caixa de ferramentas]” (WITTGENSTEIN, 2009, §11).

Uma segunda imagem que Wittgenstein procura desabilitar em sua maturidade corresponde, segundo Arley Moreno,

ao ideal de exatidão, ao exercício da lógica como meio para a construção de linguagens exatas. A força desta imagem consiste em fazer-nos pensar que há uma hierarquia de diferentes simbolismos, e que a medida das diferenças é também o critério de sua incomunicabilidade. (...) Ela marcou sua influência enquanto desvinculou a reflexão sobre a significação do solo no qual repousam os sistemas simbólicos e, mais profundamente, guiou o pensamento do filósofo

³ “Was ich erfinde sind neue Gleichnisse.”

no sentido de procurar a “essência última da linguagem”, fixa, imutável. (MORENO, 1993, p.42)

São inúmeras as proposições cunhadas por Wittgenstein com o intuito de desabilitar essa imagem. Para mencionar um exemplo, lembremos da célebre passagem: “Caímos numa superfície escorregadia onde falta o atrito, onde as condições são, em certo sentido, ideais, mas onde por esta mesma razão não podemos mais caminhar; necessitamos então o atrito. Retornemos ao solo áspero.” (WITTGENSTEIN, 2009, §107)

Esse combate de imagens com imagens, posto dessa maneira, talvez pareça ao leitor uma espécie de atividade de persuasão. E penso ser precisamente isso o que tem em mente Wittgenstein nas *Lectures* de 1938, quando assume que:

I am in a sense making propaganda for one style of thinking as opposed to another. I am honestly disgusted with the other. Also I'm trying to state what I think. Nevertheless I'm saying: "For God's sake don't do this" (...) How much we are doing is changing the style of thinking and how much I'm doing is changing the style of thinking and how much I'm doing is persuading people to change their style of thinking. (Much of what we are doing is a question of changing the style of thinking.) (WITTGENSTEIN, 1997, p.28)

O uso do termo “persuasão” (*Überredung*) também no *Da Certeza* (p.ex.: WITTGENSTEIN, 1972, §262 e §612) não parece ser desconectado dessas considerações feitas ainda na década de 30: ao que tudo indica, Wittgenstein explora aí o campo posteriormente desbravado por filósofos adeptos do pragmatismo como John Searle. Certas proposições só podem servir aos fins da tarefa filosófica (atuando como anotações gramaticais) na medida em que são compreendidas como enunciações de regras. Mais adiante procurarei mostrar em que medida essa face normativa pode ser melhor compreendida se notarmos a atuação de uma “força ilocucionária diretiva” (SEARLE, 1981, p.13) nas proposições em questão e, de um modo mais geral, como Wittgenstein antecipa a agenda pragmatista de superação de uma abordagem da linguagem ao nível da sentença em prol de uma abordagem mais dialético-retórica da linguagem, ao nível do discurso, do encadeamento de lances em jogos de linguagem.

III

Tratemos agora da segunda objeção apresentada ao início dessa seção, ou seja, 2): o que habilitaria a descrição, via proposições gramaticais, de uma imagem de mundo composta por convicções? Para compreendermos a contundência do ataque, precisamos lembrar o quão cara é a ideia de uma filosofia descritiva para Wittgenstein. Dan Zahavi e Søren Overgaard facilitam nosso trabalho, ao afirmarem em seu “Understanding (Other) Minds: Wittgenstein’s Phenomenological Contribution”, que

Presumably no one would disagree that the descriptive agenda is one shared by the later Wittgenstein. He declares in the *Philosophical Investigations* that “[w]e must do away with all explanation and description alone must take its place” (PI §109). And the point receives its briefest possible formulation in the prescription “don’t think, but look!” (PI §66). (ZAHAVI; OVERGAARD, 2009, p.65)

Observando as passagens das *Investigações* mencionadas por Zahavi e Overgaard e ainda outras como: “A filosofia não deve interferir de nenhum modo no uso efetivo da linguagem, ela só pode, em última instância, descrevê-lo” (WITTGENSTEIN, 2009, §124), Wolgast cobra de Wittgenstein esclarecimentos quanto ao uso do termo “descrever” (*beschreiben*) para determinar o modo da atuação das proposições que expressam nosso sistema de convicções. No *Da Certeza*, o filósofo diz explicitamente que “as proposições que descrevem esta imagem de mundo poderiam pertencer a uma espécie de mitologia. E o seu papel é semelhante ao das regras de um jogo” (WITTGENSTEIN, 1972, §95).

O modo como a autora postula essa crítica tem uma forma semelhante ao desafio cético que o próprio Wittgenstein lança contra uma abordagem psicologista dos processos mentais. Se um processo mental (a convicção, no caso) tem uma natureza A e a linguagem tem uma natureza B, qual poderia ser o critério de conversão?

Contra essa objeção, tendo a fazer coro a Debrah Aidun em seu artigo “Wittgenstein on grammatical propositions”. Nesse texto, Aidun afirma que proposições gramaticais exemplificam as palavras que regulam (AIDUN, 1981, p.145). Segundo a autora, essa é a razão pela qual Wittgenstein não insere aspas, em geral, nos exemplos de proposições gramaticais que fornece. Um gramático poderia chamar nossa atenção para uma regra gramatical por meio de uma frase

como “A palavra ‘café’ designa um líquido preto com aroma peculiar” ou, de modo mais completo, “Nós empregamos a palavra ‘café’ quando buscamos designar um líquido preto com aroma peculiar”. Mas, nesse caso, teríamos uma descrição verdadeira ou falsa de um hábito linguístico. Não é esse o procedimento que interessa a Wittgenstein. O que lhe interessa é mostrar que, no âmbito de um determinado jogo de linguagem (por exemplo, o da oferta de café), uma asserção com forma empírica, mas com papel normativo (como “O café é um líquido preto com aroma peculiar”), não pode ser posta em dúvida. No caso (atípico) da ocorrência de uma tal proposição no jogo mencionado, a mesma apareceria como proposição necessária.

But to state a grammatical rule is not to state a fact about agreement in human behavior, just as to instruct someone in the rules of chess is not to inform him/her that certain rules are written down somewhere in books about how to play chess (AIDUN, 1981, p.146)

O grande trunfo de Aidun em seu trabalho é a distinção entre uma perspectiva externa e uma perspectiva interna de exame das proposições gramaticais. Um filósofo pode, aproximando-se do linguista, lançar mão de uma formulação como “a palavra ‘x’ é usada assim” em sua tarefa de elucidação gramatical, mas, com isso, ele assume uma perspectiva externa à prática que procura descrever. A perspectiva interna, por outro lado, tem o mérito de revelar que uma proposição que tem a forma de uma proposição empírica (sem aspas) não atua como tal.

Assim, quando Wittgenstein trata do enrijecimento das proposições gramaticais, não devemos fazer uma leitura kantiana de que essa rigidez tem o cunho da necessidade analítica. Não se pode simplesmente afirmar que proposições gramaticais são, à maneira dos juízos analíticos de Kant, necessariamente verdadeiras. Elas são ou necessárias (no sentido de axiomáticas) ou verdadeiras, dependendo da perspectiva assumida: se interna ou se externa.

A abordagem proposta por Aidun me parece trazer um ótimo *insight*, porém, seu tratamento do mesmo me parece um tanto insuficiente. Isso porque a oposição entre perspectiva “externa” e perspectiva “interna” se insere mais em uma epistemologia (quicá fenomenologia) da abordagem teórica da linguagem do que propriamente em uma semântica da mesma. Procurando lançar alguma luz sobre a questão, proponho que a distinção entre o significado total de um aspeamento feito pelos linguistas e o significado total

de uma exemplificação cognata feita pelos usuários de proposições gramaticais se traduza, dadas as ferramentas disponibilizadas por semanticistas e pragmaticistas, da seguinte forma: a perspectiva chamada “externa” se mostra uma abordagem do ato de fala que se restringe à sua atuação assertiva, na qual o avaliador se atém ao que é dito, podendo, por exemplo, ver caráter parafrástico entre “O signo ‘café’ designa uma bebida preta com aroma peculiar” e “O café é uma bebida preta com aroma peculiar”. Por essa perspectiva, ambas as frases diriam respeito a um determinado hábito linguístico. Mas, se esse é o caso, a aludida perspectiva “interna” seria, por sua vez, aquela que contempla também, para além da mera ação assertiva, uma segunda força ilocucionária atuando concomitantemente no ato de proferimento de uma proposição gramatical como “O café é uma bebida preta com aroma peculiar”. Para além do caráter assertivo, um tal proferimento apresenta uma força ilocucionária diretiva, cujo “propósito ilocucionário consiste no fato de que são tentativas (...) do falante de levar o ouvinte a fazer algo” (SEARLE, 1981, p.13). É a atuação nessa outra dimensão de significado que permite traçarmos uma distinção nítida entre a proposição gramatical e a regra gramatical em geral. Dizer que a regra gramatical tem caráter empírico é dizer que ela é uma asserção teórica acerca de um fato empírico, a saber, um certo uso habitual de um signo. Dizer que uma proposição gramatical tem caráter necessário é dizer que, para além da atuação assertiva produzida por sua forma de proposição empírica, a força ilocucionária diretiva concomitante de que ela se investe confere à mesma o estatuto semântico de alicerce do jogo de linguagem em que ocorre.

A plausibilidade dessa abordagem se reforça com a constatação de que, através dela, conseguimos explicar a oscilação de Wittgenstein entre tratar proposições gramaticais como “descrições” e como “ordens”. Searle assume que o verbo “ordenar” (*to order*) consta entre aqueles que, paradigmaticamente, caracterizam os atos diretivos (Idem, *ibid.*), mas isso não significa que tal verbo deva ocorrer efetivamente na estrutura sintática da proposição. A Teoria dos Atos de Fala, conforme desenvolvida por Searle, reserva espaço para casos em que um proferimento apresente mais de uma força ilocucionária concomitantemente – esses seriam casos de atos de fala indiretos (SEARLE, 1981, p.31). Minha sugestão é de que, se, por um lado, a proposição gramatical tem forma de proposição empírica, sendo isso o que garante sua força ilocucionária assertiva, por outro lado, o seu lugar, enquanto articulação de signos, dentro da normatividade de um determinado jogo de linguagem, confere ao uso da mesma uma segunda força ilocucionária, a saber, a força diretiva.

Se não se entende a força diretiva de uma proposição como “Isso é uma entrevista de emprego”, em uma situação-limite em que ela chegue a ser proferida, o jogo está arruinado. Trata-se de um atestado de incompetência. Que isso seja uma entrevista é uma suposição que “pode-se dizer, forma a base da ação e, portanto, naturalmente, também do pensamento” (WITTGENSTEIN, 1972, §411). Está em jogo uma adesão necessária à informação apresentada, porém, a necessidade em questão não se exerce de modo absoluto e sim somente para a conservação de um jogo particular.

Uma ressalva importante é de que, apesar das regras gramaticais proferidas à maneira dos linguistas trazerem tipicamente o aspeamento e das proposições gramaticais tais como delineadas por Wittgenstein prescindirem tipicamente do aspeamento, essa distinção não é tanto uma distinção de forma, mas uma distinção de papel desempenhado no jogo de linguagem em que ocorrem.

Gostaria de apresentar ainda um outro exemplo, quiçá mais contundente: se vejo X, indivíduo humano, como um autômato, não posso compreender em que bases seria possível efetuar o julgamento de seus atos em um tribunal. Os jogos de linguagem forenses estão interditados em caso de admitirmos esse predicado em nossas práticas. Não se pode aplicar o predicado “é um autômato” a indivíduos que se sentam no banco dos réus. Não que o predicado seja absolutamente sem sentido e que sua negação seja absolutamente significativa, i.e., significativa em todos os nossos jogos de linguagem. A questão é que, em caso de um jogo de linguagem (talvez marcado por um solipsismo ferrenho) em que tal predicado seja empregado significativamente, muitas regras que regem os usos dos signos nos meios forenses deixam de valer. Se há lugar para tanto em nossa gramática é assunto controverso, mas, de todo modo, é um tanto evidente que, ao menos no âmbito de um jogo de linguagem forense, não bases normativas que comportem o uso de tal predicado. Podemos pensar em uma série de sinónímias, antónímias, hiperonímias, hiponímias, encadeamentos de vocabulário causal e tantos outros licenciamentos e interdições de vocabulário que deixariam de valer em caso da ruptura dessa única regra. Não haveria, por exemplo, mais sentido em afirmar que o “X” (o indivíduo humano) é a “causa” da morte da vítima do que em dizer que a “pistola” é a “causa” da morte da vítima. Assim, o jogo de linguagem forense está arruinado se a proposição gramatical “Nenhum humano é um autômato”, por alguma razão, não atua no mesmo de modo diretivo.

Conclusão

A anulação dos ataques feitos por Wolgast à concepção de proposição gramatical desenvolvida por Wittgenstein no *Da Certeza* que busquei desenvolver nesse trabalho se deu da seguinte maneira: primeiro fiz um apanhado de casos em que tais proposições têm uso efetivo nos jogos de linguagem em que ocorrem para, então, em seguida, apresentar uma proximidade entre o estudo do caráter normativo das proposições gramaticais feito pelo filósofo em sua derradeira obra e os estudos feitos por Searle sobre a força ilocucionária diretiva em sua teoria dos atos de fala indiretos.

Parece-me, no entanto, que ainda restam alguns pontos por elucidar a esse respeito. Retomando o artigo de Aidun, podemos dizer que o esforço de Wittgenstein por buscar exemplos de regras gramaticais em ato, i.e., numa perspectiva interna ao jogo de linguagem examinado, se justifica pelo fato de que somente por essa perspectiva interna é possível contemplar a atuação de ambas as forças ilocucionárias em jogo. O que não é senão dizer que a assunção da perspectiva externa não preserva o caráter de ilocução indireta da proposição gramatical. De acordo com Searle, atos de fala indiretos são aqueles em que “a emissão tem duas forças ilocucionárias” (SEARLE, 1981, p.31), aqueles em que “um ato ilocucionário é realizado indiretamente através da realização de outro” (idem, *ibid.*). Assim, quando a sentença “Isso é uma entrevista de emprego” é proferida como proposição gramatical, no contexto especificado acima, sua forma assertórica abre caminho para sua forma normativa. A busca por seu valor de verdade conduz não a uma verdade ou falsidade contingentes, mas a uma interdição de uma série de ações inapropriadas a começar pela interdição própria busca pelo valor de verdade.

Dito isso, podemos abordar de modo satisfatório o impasse no tocante ao uso do termo “descrição” para designar o modo como as proposições gramaticais exprimem as convicções que formam uma imagem de mundo. Vejamos: no que diz respeito ao valor de verdade puro e simples, esclarece Aidun, “the grammatical proposition ‘Every rod has a length’ is true if the rule ‘We call something the length of a rod, but nothing the length of a sphere’ is true, and for the same reason” (AIDUN, 1981, p.145). Ou seja, por um viés locucionário ou meramente assertivo, pode-se dizer que uma proposição gramatical descreve algo na mesma medida em que se pode dizer que uma regra gramatical descreve algo. Se podemos dizer que uma regra gramatical como “We call something the length of a rod, but nothing the length of a sphere” descreve um fato da vida linguística de uma comunidade, o

mesmo se aplica à proposição “Every rod has a length”, tendo em vista que, em termos locucionários (ou em termos de uma ilocução estritamente assertiva), elas cumprem a mesma função. Essa descrição da vida linguística não é senão a descrição da gramática em sentido wittgensteiniano. O equívoco de Wolgast está em compreender que isso que é descrito pela proposição gramatical é de ordem extralinguística. As proposições gramaticais, bem como as proposições lógicas, descrevem a gramática.

Contudo, é razoável afirmar que a atuação ilocucionária das proposições gramaticais cria empecilhos para um uso pacífico do termo “descrição” para caracterizá-las (do mesmo modo que traz problemas para a afirmação de que seu valor de verdade é o verdadeiro). Parece ser por essa razão que Aidun acha mais adequado caracterizar proposições gramaticais como proposições que “exemplificam ou ilustram um uso aceitável” (idem, *ibid.*)⁴.

Também Hans-Johann Glock prefere evitar o termo “descrição” para caracterizar as proposições gramaticais. Em seu artigo “Necessary Truth and Grammatical Propositions”, ele caracteriza as definições gramaticais como aquelas que “expressam” nossa imagem de mundo e como “definições implícitas” (GLOCK, 2009, p.65)⁵. Mas, com isso, ele simplesmente fecha os olhos para as passagens que Wolgast faz questão de sublinhar.

De fato, a proscição do termo “descrição” no tocante à predicação das proposições gramaticais pode evitar mal-entendidos tais como esses em que incorre Wolgast. Mas eu gostaria de fechar esse trabalho afirmando que esse procedimento não deixa de ter as suas contraindicações. Procedendo desse modo, corremos o risco de negligenciar as vias pelas quais Wittgenstein investigou, de modo conjugado, as diversas dimensões normativas concomitantes presentes na prática linguística. Seja tratando da natureza dos pressupostos, como fica explícito em passagens como a que se segue:

Se pergunto a alguém “que cor vê agora?” a fim de saber que cor há ali naquele momento, não posso perguntar ao mesmo tempo se o interrogado compreende alemão, se quer me enganar, se minha memória não falha quanto ao significado do nome das cores, etc. (WITTGENSTEIN, 1972, §345).

⁴ Fazendo coro a essa ideia, Glock diz que proposições gramaticais “do not just talk about a practice, they are part of it. They are partly constitutive of meaning rather than simply recording or following from it. That is to say, they are normative statements which form part of practice that, in its entirety, determines the meaning of the word.” (GLOCK, 2009, p.74).

⁵ Wittgenstein parece mesmo tratar a definição como um tipo de descrição, a saber, uma descrição da própria gramática (ou de um jogo de linguagem), a descrição de um esquema proposicional (*Satzschema*) ou de uma imagem (*Bild*).

Seja examinando o significado para além da mera locução, da mera forma empírica do dito – e, desse modo, aproximando de Searle e seus atos de fala indiretos –, Wittgenstein dedicou, em sua última fase, grande esforço à destruição do muro que temerariamente se erigia (por autores como Charles Morris e seus entusiastas) entre semântica e pragmática⁶.

Por fim, parece-me prudente sublinhar que a aproximação que aqui se faz entre Wittgenstein e Searle limita-se à dedicação comum estudo das diversas dimensões do significado e a certos métodos de abordagem, como a grande ênfase no papel da dependência contextual para o estudo do significado (sendo ele literal ou figurado). Há, em contrapartida, um contraste notório entre o modo como Searle procura zelar por uma distinção entre significado da sentença (*to say*) e significado do falante (*to mean*) e o modo como Wittgenstein reiteradamente ataca todo e qualquer estudo de cunho semântico que se pautar pela *forma* das expressões linguísticas e não por seu *uso*.

Referências

- AIDUN, D. “Wittgenstein on grammatical propositions”. In: *Southern Journal of Philosophy* 19 (2), p.141-148, 1981.
- AUSTIN, J. *How to Do Things with Words*. URMSON, F.O; SBISÀ, M. (eds.). Massachusetts: Harvard University Press, 1978.
- GLOCK, H-J. “Necessary Truth and Grammatical Propositions”. In: GÁLVEZ, J. P. (Ed.). *Phenomenology as Grammar*. Frankfurt: Ontos Verlag, pp.63-76, 2009.

⁶ Um outro ponto que vale à pena enfatizar nessa mesma esteira: a orientação apresentada por Wittgenstein em seus últimos escritos, com destaque para o *Da Certeza*, é a de consideração da linguagem não mais tomando a proposição como unidade fundamental, mas sim seqüências discursivas (lances no jogo de linguagem em seu encadeamento). A descrição de uma seqüência de lances no jogo é feita de modo a mostrar a normatividade do jogo. O caráter gramatical de uma proposição somente pode ser evidenciado filosoficamente se há uma reconstrução mínima do contexto. Essa atenção aos encadeamentos foi também, a meu ver, o que levou Austin a falar em “procedimento” (AUSTIN, 1978, p.14) e o que levou Searle e Grice posteriormente a usar como exemplos não proposições em separado, mas seqüências dialógicas ou comunicacionais. Paul Ricoeur em seu *A Metáfora Viva*, faz uma consideração que pode ser esclarecedora quanto a isso: ele distingue a abordagem da linguagem em três níveis diferentes, a saber, o nível da palavra (semiótico), o nível da sentença (semântico) e o nível do discurso (hermenêutico). Penso que não somente a hermenêutica ricoeuriana fez esforços na direção da abordagem ao nível do discurso. Esse também é um movimento comum a uma certa vertente do pragmatismo anglófono e do resgate da Retórica por autores como I.A.Richards, Chaim Perelman e Barbara Cassin.

- HALLIE, P. P. "Wittgenstein's Grammatical-Empirical Distinction". In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 60, No. 20 (Sep. 26, 1963), p. 565-57.
- KOBER, M. "Certainties of a world-picture: the epistemological investigations of On Certainty". In: SLUGA, H.; STERN, D. G. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Edited by H. Sluga and D. Stern. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 411-441.
- LEVINSON, S. *Pragmática*. Trad.: Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 2008.
- SCHMITZ. "Grammatical Propositions". In: *Grazer Philosophische Studien* 71, p. 227-249, 2006.
- SEARLE, J. *Expression and Meaning: studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- WOLGAST, E. "Whether certainty is a form of life". In: *The Philosophical Quarterly*, v. 37, n. 147, p. 151-165, 1987.
- WITTGENSTEIN, L. *On Certainty*. Translated by Denis Paul and G. E. Anscombe. New York: Harper & Row, 1972.
- _____. *Philosophical Investigations*. Transl. G.E.M Anscombe and Joachim Schulte. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- _____. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.
- _____. *Philosophical Grammar*. Rush Rhees (Ed.). Trad. Anthony Kenny. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- _____. *Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*. Cyril Barrett (Ed.). Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.
- _____. "Philosophy". In: KLAGGE, J. C.; NORDMANN, A. *Philosophical Occasions 1912-1951*. Indiana: Hackett Publishing Company, 1993.
- _____. *Culture and Value: a selection from the posthumous remains*. Georg Henrik von Wright (ed.). Oxford: Blackwell, 1998.
- ZAHAVI, D.; OVERGAARD, S. "Understanding (Other) Minds: Wittgenstein's Phenomenological Contribution". In: E. Zamuner & D. Levy (eds.). *Wittgenstein's Enduring Arguments*. London: Routledge, p. 60-86, 2009.

Email: diogo.gurgel@gmail.com

Recebido: 06/2019

Aprovado: 04/202